



DESIGN, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: MODOS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO EM MODA

Design, sustainability and solidarity economy: alternative modes of production in fashion

Paixão, Maria Cristina Tavares Lacerda Mansur; Mestranda; Universidade de São Paulo, cristinamansur@usp.br¹

Kanamaru, Antonio Takao; PhD; Universidade de São Paulo, Kanamaru@usp.br²

Resumo: O objetivo é analisar os conceitos de sustentabilidade, design e economia solidária. Os referenciais teóricos serão Paul Singer, Victor Papanek, Gui Bonsiepe e Leonardo Boff. A proposta é analisar os conceitos citados e, ao final, verificar como podem atuar na indústria de moda, através da inclusão social e respeito à mão de obra trabalhadora.

Palavras chave: economia solidária; moda; sustentabilidade social.

Abstract: The objective is to analyze the concepts of sustainability, design and solidarity economy. The theoretical references will be Paul Singer, Victor Papanek, Gui Bonsiepe and Leonardo Boff. The proposal is to analyze the concepts and verify how they can act in the fashion industry, through social inclusion and respect for the workforce.

Keywords: solidarity economy; fashion; social sustainability

Introdução

Neste artigo, apresentamos um recorte da pesquisa de mestrado intitulada *Moda e economia solidária: um estudo sobre empreendimentos econômicos solidários de costura em São Paulo*, ainda em fase de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Têxtil moda da Escola de

¹ Graduada em Negócios da Moda pela Universidade Anhembi Morumbi (2013) e especialista em Marketing (MBA) pela Escola Superior em Propaganda e Marketing (2015). Mestranda em Têxtil e Moda na Universidade de São Paulo desde 2017.

² Professor com Licenciatura Plena em Educação Artística Habilitado em Artes Plásticas pelo Instituto de Artes da UNESP (1996). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (Design) pela FAU/USP (2006). Mestre em Artes Visuais pelo IAN/UNESP (2000). Orientador-pleno credenciado em Programa de Pós-Graduação na área (PPGTM-EACH/USP-Leste) desde 2010.



Artes, Ciências e Humanidades (USP-Leste), na qual se estuda e analisa empreendimentos econômicos solidários de costura na cidade de São Paulo iniciado em 2017.

O artigo expõe a revisão da literatura que constrói uma rede de associações entre design, sustentabilidade, indústria de moda e economia solidária. As mudanças na indústria da moda trouxeram consequências para o meio ambiente e para a humanidade. As denúncias que envolvem a mão de obra escrava acabam sendo evidenciadas pela mídia, levando a conscientização da população consumidora.

A necessidade deste estudo surge ao constatar-se que existem possibilidades para produção e venda de artigos de vestuário, gerando crescimento econômico sem cometer injustiças sociais, e como essas possibilidades podem ser exploradas por meio da economia solidária.

Design e Sustentabilidade

Papanek (1971) define design como tudo o que os indivíduos fazem, pois design é básico para toda a atividade humana. O autor afirma que, por muitas vezes, o design atual satisfaz apenas “desejos”, especialmente aqueles elaborados e manipulados pela indústria de moda, enquanto as necessidades genuínas do homem acabam sendo negligenciadas, por serem menos lucrativas. No entanto, a dimensão de tudo o que é projetado, fabricado e usado está nas consequências que estes objetos trarão para diversas áreas como a política, saúde, renda e biosfera.

Papanek (ibid., 1971) traz uma importante reflexão ao relacionar “*designer-planner*” com quase todos os erros ambientais existentes. Ao realizar um projeto, o designer deve levar em consideração não apenas a satisfação do consumidor e o interesse dos investidores. Deve-se ter em mente também as atividades que serão desempenhadas por trabalhadores que irão executar este projeto e as consequências que ele pode trazer para a sociedade e o ambiente.



Para Gui Bonsiepe (2012), o design sustentável não se limita apenas aos aspectos ambientais, mas deve considerar também a sustentabilidade social. Assim como o conceito da sustentabilidade, o conceito de design passou pelo processo de banalização a partir dos anos 1990, perdendo seu significado e sendo associado a aspectos apenas estéticos, considerado como um instrumento para estimular o consumismo e aumentar os lucros (ibid., 2012).

Leonardo Boff (2012) explica que a palavra sustentabilidade é uma das mais utilizadas pelo governo, empresas e meios de comunicação para agregar valor a produtos e serviços ofertados no mercado. O autor afirma que existe uma falsidade ecológica no uso da palavra para ocultar problemas e iludir o consumidor. É necessário, portanto, rever a origem do conceito.

Boff define sustentabilidade, em termos ecológicos, como tudo feito para que um ecossistema não decaia. Em outras palavras, os procedimentos que permitam a proteção e sobrevivência de um bioma, para que sempre possa se autoconservar. Para o autor, é necessário criar um modo sustentável de vida alinhando as práticas humanas aos seus biomas, levando em consideração as pessoas, comunidades, cultura, política, indústria e a cidade em todos os níveis (local, regional, nacional e global).

Os problemas do desemprego e da exclusão social precisam ser levados em consideração e, para Bonsiepe (2012), estas questões também devem estar entre as preocupações do design. O autor afirma que o modo de produção dominante coloca a economia como o principal eixo articulador e construtor das sociedades, transformando tudo em mercadoria, desde materiais vitais, como a água até mesmo os próprios indivíduos. A crise econômico-financeira de 2008 agravou um problema social já existente, colocando à margem da sociedade desempregados estruturais e pessoas que são obrigadas a executar trabalhos precários com baixa remuneração (BOFF, 2012).



Boff evidencia a degradação da situação social e ecológica de se produzir, comercializar e consumir, sendo necessário “... um design diferente na nossa forma de pensar...” (BOFF, *ibid.*, p. 15). Devido ao evidenciamento dessa degradação, governos e empresas mostraram empenho para fazer com que o desenvolvimento das nações fosse sustentável. No entanto, o autor faz críticas aos vários modelos atuais da sustentabilidade, e afirma que na maioria dos casos, seu conceito não é realmente aplicado, sendo mais “aparente” do que verdadeiro. A dificuldade encontrada é em como aplicar as transformações necessárias, sendo que estas afetam os interesses financeiros de grandes potências.

Em “O modelo da economia solidária: a micro-sustentabilidade viável” (*ibid.*, p. 60) é apresentada a “economia solidária” como o modelo melhor a realizar o conceito de sustentabilidade em oposição à economia dominante. Esse tipo de economia é centrado no ser humano e no trabalho como ação criadora pela sociedade e autogestão democrática para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local e global.

Economia solidária

A economia solidária (ES), segundo o economista Paul Singer (2002), trata-se de um modo de produção alternativo ao capitalismo, que tem como princípios básicos a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Entre os fundamentos da economia solidária, Singer destaca a solidariedade, a autogestão e a divisão de lucros. Dessa forma, em uma cooperativa de produção (uma das formas de organização da economia solidária), por exemplo, todos os sócios possuem a mesma parcela do capital, logo todos têm direito em participar das decisões estratégicas para a cooperativa, participando do funcionamento de todos os setores da empresa.

Para pesquisador Genauto Carvalho de França (2002), a economia solidária possui a mesma origem da economia social. Ambas surgiram por



meio do movimento associativista operário europeu no século XIX, que proporcionou experiências influenciadas pela cooperação e associação.

França (ibid., p.13) afirma que são “... experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania”, porém a economia solidária trata-se de “... um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social”. Em outras palavras, a noção de economia solidária é formada pelas características atuais da economia social.

Assim como Singer, França aponta que a economia solidária sugere um novo modelo de relacionamento entre sociedade e economia, ou seja, um novo modelo de sustentação da sociedade. A economia solidária propõe o atendimento de problemas de um grupo local por meio da “elaboração coletiva de atividades econômicas” (FRANÇA, 2002, p. 14). A oferta (produtos/serviços prestados) vincula-se exclusivamente à demanda (necessidades vividas localmente), sendo construídas em conjunto³.

Em relatório⁴ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2016) o Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) identificou quatro formas de empreendimentos econômicos solidários (EES), sendo as três com maior representatividade: associações, cooperativas e grupos informais.

As associações (60% dos EES mapeados), regulamentadas pela Lei nº 10.406/2002, são definidas como “... pessoas jurídicas de direito privado, com propósito de realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas, etc.” (ibid., 2017, p. 40). Voltadas para a produção, uso coletivo e consumo, estas organizações não distribuem excedentes entre seus associados. Em termos de atividade comercial, trata-se de organizações limitadas, pois, de acordo com o Código Civil Brasileiro, as associações não podem exercer atividades econômicas ou emitir nota fiscal de seus produtos.

³ A construção em conjunto da oferta e demanda, segundo França (2002) é contrária à lógica de economia de mercado (que as separa).

⁴ Relatório “Novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos” (Ipea, 2016).



A Lei nº 12.690/2012 descreve as cooperativas (8,8% dos EES) como uma sociedade formada por trabalhadores “... para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho”. Trata-se de uma atividade com fins econômicos para seus associados, porém sem fins lucrativos. O Ipea (2016), sugere que este tipo de personalidade jurídica seria a mais recomendada o exercício de atividades econômicas coletivas. Porém, os procedimentos burocráticos determinados pela Lei nº 5.764/1971 para a formalização de cooperativas no país acabam desmotivando os trabalhadores para regulamentar a organização, fazendo com que os mesmos permaneçam como associações ou até mesmo na informalidade.

Os grupos informais (30,5% dos EES) são formados por indivíduos que trabalham coletivamente para produzir, porém ainda não possuem as especificidades necessárias para se enquadrar nos modelos de economia solidária estabelecidos pela legislação por apresentarem características diferentes entre si. Os grupos informais não oferecem segurança econômica aos seus associados, porém proporcionam alternativas e oportunidades para trabalhadores que estão à margem do mercado (GAIGER, 2014). Segundo o Ipea (2016), este tipo de organização e as associações também tem dificuldades para acessar financiamentos e programas de apoio do governo, o que ressalta a importância do desenvolvimento projetos e assessorias específicos para estes tipos de EES, com o objetivo de atingirem os requisitos necessários para que se formalizem.

Empreendimentos econômicos solidários de moda no Brasil

Os dados mais recentes encontrados sobre os EES no Brasil são de 2013, disponíveis em estudo realizado pelo Sies, que contabilizou um total de 19.708 empreendimentos distribuídos entre as regiões Nordeste (40,8% dos



empreendimentos), Centro-Oeste (10,3%) e Sul, Sudeste e Norte (aproximadamente 16% cada). Mais da metade atua em áreas rurais (54,8%) e cerca de 34,8% atua em áreas urbanas (10,4% possuem atividades em ambas) (Ipea, 2016). Do total de empreendimentos mapeados, 321 são classificados como organizações enquadradas na subseção “Confecção de peças do vestuário.” (SIES, 2013).

Em estudo publicado em 2003, Cruz-Moreira relata as trajetórias de quatorze cooperativas de confecção de vestuário no estado de São Paulo. Observa-se que a maioria atua como subcontratadas para outras empresas ou como empresas de produção informais que comercializam em mercados marginais. Estruturalmente, algumas estão mais inseridas no sistema capitalista atual, com desregulamentações trabalhistas. Outras buscam uma perspectiva socialista pela autonomia do trabalhador.

Em geral, são formadas por mulheres desempregadas ou que nunca trabalharam formalmente. As atividades das cooperativas muitas vezes limitam-se às atividades de costura, limpeza e acabamento. Algumas não chegam a desempenhar o corte de tecidos ou desenho original do produto final.

As empresas contratantes acabam realizando a gestão dos empreendimentos nos setores de negócios, design, comercialização, distribuição e, em alguns casos, supervisão e controle da produção. Não existem responsabilidades contratuais entre as contratantes e contratadas. Os empreendimentos acabam competindo entre si para ofertar o melhor preço. Os cursos de capacitação ofertados pelo governo e por ONGs ajudam aos associados a aprender novas técnicas, porém os mesmos não se sentem totalmente capacitados (CRUZ-MOREIRA, 2003).

Em estudo realizado entre 2007 e 2008 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com vinte EES do setor de confecção, é possível observar que a maioria dos associados (83,9%) é do sexo feminino. Sobre a pesquisa destacam-se aspectos como a inexistência de trabalhadores em regime de CLT. As associadas dos



empreendimentos mencionam as dificuldades apresentadas pela formação técnica, pois consideram que o tempo que gastam durante as oficinas poderiam ser melhor aproveitados na produção. Além disso, as associadas qualificadas não conseguem compartilhar o conhecimento com as demais.

Cerca de 40% dos que não realizam desenvolvimento técnico da produção justificam este problema pela falta de estilistas entre seus associados. A obtenção de matéria prima por meio de outros empreendimentos solidários é realizada por apenas 5% dos EES analisados, sugerindo dificuldades para manter o fundamento da economia solidária em todos os pontos da cadeia produtiva. A comercialização dos produtos para consumidor final acontece no mercado local ou em feiras de economia solidária. A pesquisa ainda aponta que o setor de confecção é formado por empreendimentos de pequeno porte, com uma média de quinze cooperados por EES (SEGATTO, 2011).

Projeto Ecosol e Rede Costura Solidária SP

O Projeto Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento (Projeto Ecosol SP) foi um convenio entre a Unisol Brasil e a Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo (SMTE) (convenio 025/2014 assinado em 18 de dezembro de 2014). O mesmo acompanha o Plano Nacional de Economia Solidária que coloca a ES como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável da economia, sociedade e meio ambiente.

Segundo publicação da Unisol (2017) - Economia Solidária SP como estratégia de desenvolvimento. 1095 dias de inovação e mobilização na cidade de São Paulo – o projeto foi capaz de mobilizar a autogestão e a participação comunitária por meio da articulação entre seis redes formadas por empreendimentos econômicos solidários (EES): Artesanato, Cooperativismo Social, Costura, Ecoturismo, Economia das Culturas/Criativa e Alimentação. O projeto foi estruturado em três eixos: Comunicação; Comércio Justo e Solidário;



e Formação, assessoria técnica e incubação. Os trabalhadores desses empreendimentos receberam a formação básica em ES, marketing, comunicação, precificação, assessoria de negócios, entre outros, além de oportunidades comerciais ao longo de 2015.

Cerca de onze meses após o início do projeto, foi inaugurada a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários do Município de São Paulo, na Rua Otto de Alencar, número 2017, bairro Cambuci. Este espaço possibilitou a realização de eventos, encontros, trocas, produção e negócios entre as redes e públicos interessados.

Para promover a consolidação de uma Política Pública Municipal de Economia Solidária e Empreendedorismo Popular, diferentes setores e Secretarias se mobilizaram para fortalecer as iniciativas, atuando de forma direta ou indireta. Além da SMTE, houve a participação das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania, de Cultura, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Saúde, de Segurança Urbana, das Prefeituras Regionais, São Paulo Turismo e o Programa Operação Trabalho. A Unisol Brasil foi contratada para a execução do projeto por meio de edital, mobilizando educadores já engajados em ações de ES. Em 2015, foram realizadas cerca de oitenta atividades com aproximadamente 3.370 indivíduos e 312 EES. No segundo momento, já com funcionamento em redes, foram mobilizadas 1066 pessoas e 186 empreendimentos.

Segundo a Unisol (2017), o setor de design foi um dos grandes mobilizadores da ES, buscando o desenvolvimento de negócios solidários por meio da estratégia de design. Foi possível a participação dos empreendimentos no Design Week (grande evento de design urbano da América Latina) e no N SP 2015 (encontro nacional de estudantes de design). Entre os grupos participantes, quatorze EES da Rede Costura Solidária uniram-se para suprir a demanda de bolsas e camisetas entregues aos participantes que tiveram também a oportunidade de entrar em contato com um modelo alternativo de negócio.



A Rede Costura Solidária (2016) é um conjunto de dez empreendimentos do segmento de confecção e costura em diversas regiões da Grande São Paulo, que conta com regimento interno com o objetivo de fortalecer o grupo, ter maior capacidade produtiva, autogestão, cooperação e a solidariedade, visando à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente. Têm como prioridade o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Dentro do projeto, foi uma das primeiras a se estruturar ao fim do ano de 2015, estabelecendo missão, visão e valores a partir dos próprios empreendimentos participantes. Nesse momento, eram sete empreendimentos das zonas sul, leste, norte e centro de São Paulo formavam a rede de costura, totalizando 55 indivíduos. Atualmente, a rede é composta por nove empreendimentos, sendo eles: Retrósvest, Santa Costura, Reaprendendo a Viver, Projeto Tear, Trans Sol, Conkistart, Pano pra Manga, Daniela Andrade e Maria José. A Rede Design Possível também participa ativamente do grupo como principal apoiador.

É possível identificar que os empreendimentos ligados à Rede Costura Solidária denominam-se econômico solidários, ou seja, afirmam praticar seus conceitos e valores internamente e também dentro da Rede.

Considerações Finais

Neste artigo foram apresentados conceitos norteadores da pesquisa em andamento. Design está em tudo feito pelo ser humano e não pode ser resumido apenas à estética de um produto. Foi apontada ainda a responsabilidade que o designer possui em relação aos seus projetos e à responsabilidade social. O conceito sustentabilidade, também banalizado, define os processos estratégicos aplicados a uma sociedade e a um ambiente para que possam se autopreservar,



sem interferir na prosperidade das próximas gerações. Estes conceitos utilizados dentro dos modelos de produção e economia dominantes agravam problemas sociais como o desemprego e a exploração da mão de obra trabalhista, que se submete a condições de trabalho precárias com baixa remuneração.

Foi apresentado o conceito de economia solidária, seus fundamentos e práticas como um modo de produção alternativo, com grande potencial de solução para o desemprego, agravante problema da economia atual. Também são apresentadas pesquisas que analisam como empreendimentos econômicos solidários do setor de confecção se encontram no país. Esta economia propõe um modelo de administração e trabalho que valoriza o ser humano, demonstrado a partir de seus fundamentos e princípios como a autogestão, solidariedade, cooperação e educação.

Ao analisar as circunstâncias de trabalho e relações injustas estabelecidas pela produção capitalista, a revisão dos valores de sustentabilidade e design aplicado ao modelo de produção da economia solidária torna-se de extrema importância. Após o contato com um dos projetos de ES apresentados, observou-se a necessidade de analisar as características, qualidades e dificuldades encontrados em empreendimentos econômicos solidários que fazem parte da Rede Costura Solidária SP, um conjunto de dez empreendimentos do segmento de confecção.

Referências

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BONSIEPE, Gui. **Design: como prática de projeto**. São Paulo: Blucher, 2012.

COSTURA Solidária. **A Rede**. [São Paulo], 2016. Disponível em: <<http://www.costurasolidariasp.com.br/a-rede/>>. Acesso em 02 de nov. de 2017.

CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo. **Cooperativas populares de confecção do estado de São Paulo**. In: CUNHA, G. C. et. Al. Uma outra economia possível. Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.



FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **O FBES**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://fbes.org.br/o-fbes/>>. Acesso em 02 de nov. 2017.

FRANÇA, G. C. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análises & Dados. Salvador, v.12, n.1, p. 9-19, 2002.

FUJITA, R. M. L. **Economia solidária na indústria têxtil e de confecção: influência dos atributos relativos ao mito fundador na moda brasileira**. São Paulo – São Paulo. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Programa de Pós-Graduação em Têxtil e Moda, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

IPEA. **Novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

GAIGER, L. I. et. Al. (Coord). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GONÇALVES, W. A. **O marco jurídico da autogestão e economia solidária**. (Relatório final do convênio TEM/IPEA/ANPEC – 01/2003, Brasília: TEM, IPEA, ANPEC, 2005.

PAPANEK, Victor. **Design for the real world - Human ecology and social change**. Illinois: Academy Chicago Publishers, 1971.

SECRETARIA Nacional de Economia Solidária. **Boletim Informativo – Edição Especial, Base de Dados do Sies**. Brasília, [2013].

SEGATTO, N. (Coord.). **Conexão Solidária: diagnóstico de empreendimentos solidários**. São Paulo: Limiar, 2011.

SISTEMA de Informações em Economia Solidária. **Atlas digital da economia solidária**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em 27 de nov. de 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNISOL Brasil. **Economia Solidária SP como estratégia de desenvolvimento – 1095 dias de inovação e mobilização na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2018/02/ECOSOL_LIVRO-4.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2018.